



O meio ambiente em dois jornais impressos de Pernambuco¹

Antônio Júlio Rebelo NETO²
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: Este artigo analisa a abordagem sobre o meio ambiente por dois jornais impressos do Recife: Jornal do Commercio, na editoria Cidades e Diário de Pernambuco, na editoria Vida Urbana. Questiona o uso das fontes utilizadas para a construção da notícia, bem como evidencia algumas implicações pela falta delas. Aponta para o agendamento de notícias utilizado pelos jornais analisados, e para o preenchimento das editorias por matérias com baixas repercussões socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação ambiental; jornalismo ambiental; meio ambiente; mídia

Partindo da premissa de que o jornalismo exerce papel central na influência das pessoas, formando opiniões e ampliando debates, é importante perceber o quanto as questões de meio ambiente estão inseridas nas pautas dos jornais impressos. Neste trabalho pretendemos analisar matérias sobre temas ambientais publicadas nos jornais impressos: Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco.

Questões como a seca no sertão pernambucano e a navegabilidade do rio Capibaribe têm ganhado destaque na sociedade, e, conseqüentemente, passam a ser notícias. Isso alimenta a hipótese de que apesar de existir grande variedade noticiosa de cunho ambiental, os jornais agendam aquelas notícias que causam mais impacto na sociedade, como os dois exemplos citados acima.

Em um mundo onde a crise ambiental é evidente, questionadora e desafia governos a resolvê-la, o papel que a ecologia, a sustentabilidade e a responsabilidade sobre o meio ambiente exercem sobre os centros informacionais é tão importante ao

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

² Estudante de Graduação do 7º período do Curso de Jornalismo da UFPE, email: juliorrebelo84@hotmail.com

³ Cristina Teixeira Vieira de Melo. Orientador do trabalho. Professora Adjunto 1 do Dept. de Comunicação Social e da Pós-graduação em Comunicação da UFPE, e-mail: cristinateixeiravm@gmail.com

⁴ Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes. Professor Associado da UFPE e docente no curso de Jornalismo, do Dept. de Comunicação Social da UFPE e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, e-mail: isaltina@gmail.com

⁵ Mariana Olívia Santana dos Santos. Especialista e mestra em Saúde Pública pelo CPqAM - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Integrante da equipe de pesquisa do Laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho do CPqAM, email: marianaxolivia@gmail.com



ponto desses temas estarem sempre presentes nos momentos em que se pensa nas pautas jornalísticas.

Cidadão do mundo hoje é aquele que não enxerga apenas a si mesmo, é o homem que planeja suas ações pensando naquilo que seus atos podem gerar. Então, nesse contexto, é considerável compreender como os jornais, que são mediadores sociais e cumprem a importante função de informar a sociedade com precisão e exatidão dos fatos, se posicionam ao repassar questões complexas como as que envolvem o meio ambiente. Focando os impactos noticiosos no campo do desenvolvimento sustentável, agendando acontecimentos ecológicos que influenciem a vida nas cidades e ampliando a diversidade de fontes, o que suscita reflexões acerca do embate ético do desenvolvimento versus sustentabilidade.

Comunicação e jornalismo ambiental

É importante perceber as nuances que distinguem a Comunicação Ambiental do Jornalismo Ambiental. Trata-se de dois campos diferentes, mesmo que possuam objetos semelhantes. Assim, a Comunicação Ambiental pode acolher tudo o que promove ou que faz circular as causas ambientais, inclusive o Jornalismo Ambiental (BUENO, 2007).

O Jornalismo Ambiental se realiza através da periodicidade de publicação e por profissionais da imprensa, tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos sobre meio ambiente, como nos veículos ou espaços de produção jornalística exclusivamente destinada aos assuntos ambientais.

Assim, é útil à discussão delimitar o que é meio ambiente, para que haja consenso, ordem e não sobrem arestas. Portanto, para Bueno, meio ambiente é:

“o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/ manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.)” (BUENO, 2007, p. 35).



Leff (2001) define o ambiente como uma "visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural". O autor ressalta que a urbanização se alimenta da superexploração dos recursos naturais, destruindo o meio ambiente através da poluição dos rios, do ar, do solo, promovendo processos econômicos altamente poluidores.

O tema ambiental se ramifica em diversos outros subtemas como reciclagem, poluição do ar, aquecimento global, combustíveis fósseis, evidenciando a multidisciplinaridade dos assuntos ambientais e fornecendo inúmeras pautas jornalísticas. O jornalista ambiental não deve priorizar as partes em detrimento do todo, quando é clara a interligação entre pessoas com meios-físicos e biológicos, constituindo sistemas vivos e dinâmicos, pois o ambiente trata-se de um tema complexo que interage com áreas distintas.

Conceituando, então, o jornalismo ambiental: processo pelo qual ocorre captação, produção, edição e circulação de informações contendo temáticas ambientais e que se destinam ao público leigo e não especializado (BUENO, 2007).

O jornalismo ambiental é muito importante para a sociedade porque cumpre funções necessárias ao desenvolvimento social, pois além de informar, o jornalista ambiental também ensina e politiza, ao mesmo tempo em que aprende, quando possibilita a ampliação da discussão por diversos prismas. Informa quando fornece aos cidadãos informações úteis sobre sua qualidade de vida, umbilicalmente ligada entre posturas cidadãs (descarte consciente do lixo, por exemplo), processos (aquecimento global, enchentes urbanas, contaminação dos lençóis freáticos, etc.) e modelos ambientais (qual o mais adequado ao desenvolvimento urbano).

Age de modo pedagógico, quando educa ambientalmente os cidadãos, indicando excessos sobre o meio ambiente e evidenciando soluções para os problemas ambientais. Politicamente, o Jornalismo Ambiental tende a mobilizar as pessoas contra as causas que favorecem empresas que poluem os ecossistemas, por exemplo, como também contra governos, ao denunciar os descasos ambientais.

Assim, o Jornalismo Ambiental é primordialmente instrumento para a democratização das informações e para a ampliação dos debates públicos, devendo



sempre servir ao interesse público, jamais podendo ser manipulado por grupos de interesses ou segmentos da sociedade que pretendam legitimar seus poderes e privilégios. Assim, o jornalista ambiental é um profissional militante.

Como mediador social, o jornalismo cumpre importante papel pela comunicação em difundir informação, promover debates e estimular a troca de ideias (BAHIA, 1990), sempre atento, contudo, a veicular conteúdos noticiosos que façam parte da realidade (TRAQUINA, 2004).

Por muitos anos, uma ideia falsa e mortal permaneceu como guia para as civilizações modernas: a ideia de que os recursos naturais seriam infinitos, e que, portanto, a natureza suportaria qualquer ação exploratória do homem. Em consequência, os meios ambientes foram excluídos do que era considerado produtivo, acarretando em degradações ambientais e destruições ecológicas (GIRARDI, 2006; LEFF, 2001).

Tal visão destruidora apenas perdeu força na década de 50, quando as correntes do pensamento ecológico começaram a se fortalecer. E nos anos 70 adquiriram ainda mais força quando dos movimentos de contracultura mundiais, que difundiam a ideia das relações entre os seres, analisando a Terra como um planeta interligado pelas espécies que o habitam e suas dinâmicas comportamentais. Assim, surge a visão ecológica da sociedade, que combate o pensamento cartesiano quanto ao tratamento dado à vida em comum (CAPRA, 2003; GIRARDI, 2006).

Somente nos anos 80 que o termo Desenvolvimento Sustentável foi utilizado pela primeira vez, pela Aliança para a Natureza (UICN). Em 1987, a ex-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (ONU) afirmou que o desenvolvimento só pode ser duradouro quando da utilização, no presente, dos recursos naturais necessários, sem comprometer o acesso das gerações futuras aos mesmos recursos (GIRARDI, 2006).

Apesar de sua importância, o meio ambiente ainda é coadjuvante no sistema econômico atual, predominantemente capitalista. Devido a uma visão que demonstra que a economia é antagônica à ecologia o embate entre desenvolvimento tecnológico e preservação ambiental ainda deve perdurar por muitos anos apesar diversos campos de conhecimento (economia ecológica, saúde e ambiente) apresentarem alternativas possíveis para o diálogo entre desenvolvimento e ambiente. O desenvolvimento



sustentável deve ser delineado dentro das sociopolíticas, na busca de uma economia ecológica, sustentável, de forte apelo social.

Como afirma Girardi,

“Desenvolvimento Sustentável pressupõe a criação de um modelo econômico capaz de gerar bem-estar, enquanto promove a coesão social e impede a destruição da natureza. Tal modelo buscaria satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Ou seja, utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la e buscar a melhoria da qualidade de vida.” (GIRARDI, 2006, p. 06).

De fato, neste contexto histórico e atual, o jornalismo foi por várias vezes aliado das questões ambientais, pois referenciava termos utilizados apenas pelos meios acadêmicos e científicos. Por exemplo, ampliou debates sobre o uso de agrotóxicos, a destruição da camada de ozônio, o avanço da desertificação, entre outros (GIRARDI, 2001).

É pertinente lembrar que para ser adequada a apresentação dos temas ambientais pelos jornalistas, estes devem superar seus conhecimentos e enxergar o meio ambiente não apenas como partes naturais da vida, tal a fauna ou a flora, e sim, deve compreender que ecologia envolve as mais diversas formas de ligações entre as partes ou os seres e sua dinâmica ambiental (CAPRA, 1982; GIRARDI, 2006).

De modo que há a necessidade real de se tratar o debate sustentável de maneira responsável, não apenas para “vender” notícias, mas que a divulgação midiática ambiental seja base para reflexões sociais acerca da relação entre desenvolvimento e equilíbrio ecológico.

“Uma vez que o conhecimento sobre a vida social deve ser disseminado para que exerça seus efeitos, a imprensa surge como a principal operadora de reflexividade das sociedades contemporâneas. Os resultados de pesquisas sociológicas... só entram no circuito de reflexividade, isto é, passam a alimentar a consciência dos agentes depois de processados (ou diluídos) através do jornalismo... É claro que podem existir caminhos alternativos, como a publicação de livros de divulgação... porém, a inclusão na pauta dos meios de comunicação representa o diferencial entre o conhecimento científico restrito e massificado.” (MIGUEL, 1999, p.204).

No entanto, nem sempre isso acontece, porque como argumenta Massuchin (2009) e Souza (2002) as organizações noticiosas podem sofrer pressões externas, como patrocinadores do veículo, ou por manter relações de parceria com outras instituições (neste caso poluidoras), e que, conseqüentemente, irá direcionar a escolha das fontes. É



o que Souza (2002) diz ser a combinação de fatores (rotinas produtivas, valores notícias, fontes e estrutura organizacional) para manter a ideologia dominante. Assim, em veículos mais conservadores, por exemplo, fontes como ONGs, ambientalistas e pesquisadores dificilmente serão ouvidas.

Tais correntes de pensamento fazem parte das teorias estruturalistas e interacionistas, onde quem detém o poder sobre as notícias são as fontes, os jornalistas se apresentam como meros instrumentos (TRAQUINA, 2004). Portanto, a construção da notícia envolve não apenas o acontecimento, e sim, vários outros fatores como o constrangimento organizacional, a economia, o valor notícia, etc.

Assim, quando a mídia trata de um acontecimento em particular, como um desastre natural provocado pelas enchentes, por exemplo, ela apenas informa o fato ocorrido, como uma cobertura pontual, explorando seus aspectos mais sensacionalistas, ressaltando o medo causado pela catástrofe ao invés da consciência individual ao tratar o meio ambiente ou problematizar os fatores que originaram tais problemas e alternativas tecnológicas e sociais para preveni-los (VILLAS BOAS, 2004). Ao contrário, Trigueiro (2005) diz que cabe ao jornalismo ambiental ampliar sua cobertura dos fatos, oferecendo ao público aspectos noticiosos que incentivem a melhoria na qualidade de vida.

A comunidade científica, representada pelas universidades, centros de pesquisas, assim como o movimento socioambiental são cruciais ao jornalismo ambiental pois podem exercer pressão aos meios de comunicação enfatizando a importância do jornalista que cobre o meio ambiente.

Por outro lado, também é presente a falta de interesse das empresas de jornal em problematizar esta temática, pois em muitos veículos não há editorias que incitem a pauta ecológica, função muitas vezes cumprida apenas pela curiosidade dos jornalistas (MASSUCHIN, 2009). Deveria ser também papel das universidades possibilitar o encontro entre estudantes e profissionais, porque o jornalismo ambiental entraria em debate, com a sua disposição a favor da sustentabilidade, do consumo consciente e do uso correto de recursos da natureza (TRIGUEIRO, 2005).

Metodologia



Sem pretender apresentar resultados de maior profundidade e esgotar o tema, o presente artigo teve como base a análise da mídia impressa de Pernambuco. Para construção do corpus foram selecionados o caderno Cidades, do Jornal do Commercio e caderno Vida Urbana, do Diário de Pernambuco, a partir de edições semanais, de sábado e domingo. O período de recorte temporal é de um mês, do dia 26 de abril ao dia 26 de maio de 2012. A escolha dos jornais deveu-se ao fato de serem os de maior circulação e antiguidade no estado, e a escolha dos cadernos por concentrarem a maior parte de matérias sobre o meio ambiente.

O corpus foi formado por 44 matérias, que foram organizadas conforme sua abordagem temática predominante, analisando as fontes e ideia central.

Percepções acerca do agendamento

Ao final do período de um mês, relativo à coleta do corpus, alguns resultados observados são interessantes para reflexão. Apesar de linhas editoriais diferentes, temas como a seca e o urbanismo no Recife pautam o interesse de ambos os jornais. Também é possível notar que o número de fontes e os respectivos tipos são bastante similares.

O recurso de selecionar as vozes presentes em matérias, utilizando em maior quantidade as oficiais contribui para a pouca contextualização, bem como para a baixa representatividade de todos os elementos envolvidos na questão.

Para as especificidades de cada mídia impressa, o agendamento é um indicador natural para quais notícias mais interessam a cada jornal. Foi assim com o Novo Código Florestal para o Jornal do Commercio e o Recife holandês para o Diário de Pernambuco.

Matérias com abordagens relativas à seca

A temática “Seca” surgiu sete vezes, juntando as edições do Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco, dentro do período estudado. Como se pode



comprovar ao observar as edições dos dias 28 de abril e 12, 13 e 19 de maio. Portanto, a mídia segue periodicamente publicando notícias relacionadas ao problema.

Este número ilustra bem o espaço reservado ao assunto, nos jornais impressos analisados. Pois, a estiagem é um fator muito presente na vida das pessoas, tanto da capital, como, principalmente, do interior, decorrente do clima semiárido e a ineficaz distribuição de água.

Ao analisar as matérias produzidas, pode-se observar que há uma predominância na maneira de tratar o tema por parte dos jornalistas em optar por abordagens que destacam ações para o combate à seca, comprovado nas edições dos dias 28 de abril e 19 de maio, enquanto o sofrimento do sertanejo está presente apenas nas edições dos dias 12 e 13 de maio.

Isto pode representar o direcionamento dos meios jornalísticos analisados para os fatos que garantam à população visibilidade de ações emergenciais quanto ao período seco. O que seria bastante plausível, visto que a sociedade, em momentos de crise, anseia por obter por parte dos governantes respostas para os problemas enfrentados.

Logicamente, as matérias que enfocam o pensar de quem vive a seca vêm para sensibilizar tanto o leitor, como as autoridades que detém o poder, a fim de evidenciar situações que precisam ser sanadas.

A maioria das fontes utilizadas pelos jornalistas para a construção das notícias foi do tipo oficial, fato explicado pelo maior número de reportagens destinadas a destacar medidas mitigadoras contra a seca. Entre estas fontes estão políticos, secretários, representantes institucionais, etc.

Muitas vezes a facilidade com que as informações chegam às redações, amplia o uso das fontes oficiais, que usualmente possuem assessorias, cabendo a estas últimas a produção de releases destinados à imprensa.

As fontes populares também possuem um bom número, o que reforça o apelo para as autoridades e aos leitores. Aproximam pela dor quem vive realidades distantes, causam reflexões em quem lê as matérias e muitas vezes reforçam o pedido de ajuda. Na sua maioria são pequenos agricultores, pessoas pobres, idosos, que caracterizam a fragilidade humana.



Estão presentes, em sua maioria, nas matérias que destacam o sofrimento do sertanejo. Inclusive, ilustrou de forma significativa uma reportagem especial, de forte apelo emocional, intitulada de “Morte ronda o quintal da transposição”, publicada no dia 13 de maio, pelo Jornal do Commercio.

Aliás, esta também foi uma maneira encontrada pelos jornais de abordar a problemática da estiagem. O recurso de através de uma matéria que, aparentemente, não teria relação com a seca, de abordar o tema. Por exemplo, na reportagem citada acima, cujo mote principal seria as obras da transposição do Rio São Francisco, mas que serviu de “pano de fundo” para destacar as mazelas de quem vive nas proximidades daquela região.

“Bispo italiano deixa Sertão”, matéria publicada no dia 13 de maio pelo Diário de Pernambuco, também ilustra esta situação. A ida do bispo Adriano Vasino Ciocca, de Floresta para o Mato Grosso, também foi utilizada para evidenciar os problemas do período seco daquela região.

Contudo, sente-se falta de fontes especialistas, como biólogos, geógrafos, sanitaristas ou sociólogos, que pudessem contribuir com uma análise mais técnica para as reportagens sobre a seca, como por exemplo, discussões sobre alternativas de convivência humana com o semiárido. Neste caso, surge apenas uma vez, na edição especial “Morte ronda o quintal da transposição”, onde um sociólogo reforça o apelo para ações mais estruturadoras no Sertão de Pernambuco.

De modo geral, as matérias careceram de maior contextualização, se tornaram bastante pontuais, ora com destaque à ação do governo, ora com destaque ao sofrimento das pessoas que vivem a seca. Isto ocorreu devido à concentração das fontes nas matérias e à sua baixa diversidade.

Matérias com abordagens relativas ao novo Código Florestal

O tema relacionado ao texto do novo Código Florestal brasileiro surgiu duas vezes, durante o tempo destinado à coleta do corpus. Estão localizadas nas edições dos dias 28 de abril e 26 de maio.



Ao término desta análise, observa-se que apenas um dos jornais impressos analisados deu cobertura ao fato noticiado acima. O Diário de Pernambuco em nenhuma edição do período analisado publicou matérias relacionadas ao Código Florestal.

A primeira notícia aparece na edição do dia 28 de abril e possui muitas estipulações sobre os possíveis movimentos da presidente Dilma Rousseff, e os possíveis posicionamentos dos deputados, representados, neste caso, pela bancada ruralista.

Na matéria intitulada “Para ministro, veto é difícil de derrubar” é bastante peculiar a maneira que o jornal encontra para manter a notícia em destaque. Pois, suas construções narrativas são todas baseadas nos bastidores da política, formuladas apenas em especulações ou hipóteses, já que a posição de Dilma em relação ao novo Código Florestal só seria conhecida no dia 25 de maio de 2012.

A segunda notícia relacionada ao tema é o da publicação dos vetos de forma oficial da presidente sobre o texto aprovado na Câmara. A notícia é em torno dos vetos de Dilma Rousseff sobre o novo Código Florestal, que foram divulgados de maneira parcial pelo Governo. “Dilma barra a anistia a quem destruiu matas” é o nome da matéria, publicada no dia 26/05.

De uma forma geral, o Jornal do Commercio utilizou apenas fontes oficiais para a construção das notícias sobre o tema, sendo políticos em sua maioria. Apenas na edição do dia 26/05, o veículo publicou nota emitida por uma ONG.

Esta pouca diversificação de fontes contribuiu bastante para a baixa contextualização da notícia. Restando a esta o caráter de bastidores da política brasileira, com pouco debate social, ou representatividade de demais outros setores da sociedade, como os pequenos agricultores, ou os ambientalistas.

Matérias com abordagens relativas ao Recife holandês

O tema Recife holandês apareceu em quatro oportunidades, dividido nos dois jornais impressos analisado. Contudo, o Jornal do Commercio apenas deu destaque ao assunto em apenas uma edição, no dia 28/04. Já o Diário de Pernambuco abordou a questão em três edições, nos dias 28/04, 29/04 e 06/05.



Em uma delas, “Rio Capibaribe, a nova praia”, publicada no dia 29/04, não cita diretamente o tema, que seria os desdobramentos do encontro entre urbanistas brasileiros e holandeses. A notícia aborda um projeto desenvolvido no Recife que busca integrar o Rio Capibaribe ao lazer, como a prática da natação em suas águas.

Esta seria uma maneira encontrada pelo veículo midiático de dar importância a um assunto que ganha atenção do jornal. Pois acontece logo depois de declarações das autoridades, que pretendem tornar o rio navegável. Dessa maneira, o jornal explicita outras ideias que podem ser aplicadas ao Capibaribe, e não somente a de torná-lo como via de transporte. Este agendamento continua, pois o assunto volta a ser tratado no dia 06/05. Desta vez, o jornal concedeu mais espaço ao tema, que ocupou duas páginas do impresso.

No entanto, a notícia ficou bastante restrita à visão dos especialistas, o que a tornou como “bandeira estendida” do jornal. Houve baixa contextualização social, devido a pouca diversidade de fontes, até mesmo falas de políticos, e, sobretudo, de populares, principais interessados no tema.

Caso houvesse maior debate na sociedade, ou maior destaque às outras vozes, que não somente as dos especialistas, a matéria se tornaria mais real, ou mais próxima da realidade das pessoas. No fim, o que se tem é a sensação de estar lendo sobre previsões do futuro.

É interessante observar a atenção dada ao tema pelo Diário de Pernambuco, enquanto o Jornal do Commercio apenas noticiou uma única vez. Fato parecido com o agendamento dado por este último ao novo Código Florestal.

Matérias com abordagens relativas à astronomia e afins

Esta temática é apenas abordada pelo Jornal do Commercio. Apareceu nas edições dos dias 29 de abril, e 12, 19 e 26 de maio.

Dentre as temáticas analisadas, esta é a que menos influi para o debate social. Geralmente são matérias reproduzidas de publicações em revistas científicas internacionais, e, portanto, possuem pouca identificação com a sociedade.



Em apenas duas delas, o fato ocorre diretamente na cidade, como na intitulada de "Memorial para astrônomo do Recife Holandês" e "Observatório reabre as portas". Nestes dois textos identifica-se a presença de uma única fonte, em ambos os casos tratava-se de um especialista.

Consequentemente, as matérias tornaram-se bastante factuais, com pouca abertura para o debate social. Aliás, o que seria bastante saudável, visto que a cidade contempla poucos espaços destinados à educação sobre os temas espaciais.

É importante o questionamento social sobre o porquê do jornal Diário de Pernambuco não conceder espaço a estes tipos de notícias. O que talvez explique este fato seja a baixa repercussão que estas matérias trazem para a sociedade.

É um caminho para futuros estudos que ajudem a compreender como tornar os conteúdos de Ciência e Tecnologia atraentes ao público consumidor do impresso. Pois se tem a sensação de que apenas notícias sobre meio ambiente, que atinjam, mesmo que indiretamente, a vida das pessoas nas cidades, é que ganham destaque nas folhas dos jornais.

Outras temáticas

Excetuando-se os temas analisados acima, os demais assuntos abordados nos jornais impressos analisados não fizeram parte do agendamento. Estão incluídas nestes casos as seguintes matérias: "Nova área de conservação para caatinga", "Mais coqueiros em Boa Viagem", "Se proteja dos escorpiões", "Vergonha que resiste", "Discussão ambiental perde força na Rio+20", "Açude de Bom Conselho será refeito", "Combate às garças em Noronha", "A saída é reciclar a lâmpada fluorescente", "Licenciamento ambiental: um desafio", "RMR terá cidade inteligente", "Aterro sanitário de Caruaru no limite", "Pássaro utiliza arame e prego para fazer ninho", "Estudo de plantas mais fácil na web", "Corrida para coleta seletiva", "MPPE cobra melhorias em arquipélago", "Mais cestos de lixo na orla de Boa Viagem". São ao todo 16 matérias.

Conclusão



Após as análises realizadas se percebe que há temas mais recorrentes nos jornais do *Commercio* e do *Diario de Pernambuco*, que agendam as notícias conforme seus posicionamentos. Isto se comprova pelos fatos noticiados, de forma agendada, serem superior em números quanto àqueles que surgiram apenas uma vez, numa razão de 17 para 16. Contudo, seria prematuro afirmar se tais posições são de caráter mercantilista, ou puramente político ou ideológico. Excetuando-se o tema “Seca”, que ambos os veículos analisados abordaram de forma permanente, todos os temas restantes sofreram alternâncias de intensidade na cobertura jornalística dispensada pelos jornais.

A Seca pode ter sua cobertura explicada pela sua própria natureza, que convive há muitos anos nas populações nordestinas. Obviamente, é acompanhada de diversas outras implicações noticiosas como política, ações de combate, dor e apelos. Ou seja, o tema por si mesmo carrega muitos elementos que podem gerar notícia, e que esta será consumida pelo público leitor. Neste sentido, portanto, não são contrastantes as posições tomadas pelos jornais em questão.

Estas diferenças passam a ser mais acentuadas quando os demais temas são observados. Como por exemplo, o texto do novo Código Florestal, que apenas foi abordado pelo *Jornal do Comercio*. Talvez esta exclusividade pelo assunto denote sua posição política, ou editorial, o que não anula a estranheza deste autor, e possíveis leitores mais atentos, sobre o motivo pelo qual o *Diário de Pernambuco* não ter noticiado o assunto.

Essa diferença de agendamento também está presente nas matérias relativas ao Recife Holandês. Neste caso, o *Diario de Pernambuco* explorou mais o tema, inclusive utilizando-se de recursos gráficos, que valorizaram a notícia, e de notícias que possuíssem relação com o assunto.

Isso pode evidenciar a preocupação do veículo citado por questões que envolvam mobilidade, neste caso, a navegabilidade do Rio Capibaribe. Seria uma postura de que mostrando aos seus leitores, como seria útil e saudável para a vida na cidade possuir alternativas de locomoção e lazer, compelissem aos gestores políticos ações concretas neste sentido.

O tema “Astronomia e afins” é o que fornece base mais segura para se afirmar que há espaço reservado para determinados assuntos. O *Jornal do Comercio* se mostra



mais adepto a esta divulgação, visto que possui regularidade em publicar notícias relacionadas ao tema. Enquanto que o Diário de Pernambuco não se revela incentivador para estes tipos de publicações.

De um modo geral, os jornais seguem com o agendamento dos assuntos, o que não os impedem de crivá-los sob as suas linhas editoriais. Não se pode esquecer que se tratam de empresas, e que como tal, possuem seus nichos mercadológicos bem definidos, e que por estas posições, o espaço concedido por eles aos temas ambientais é pequeno. Foi um total de 44 matérias relacionadas às questões ambientais, em um período de um mês. Também é importante perceber, ao menos em relação a um problema grave como a seca, seus posicionamentos de questionamentos perante o poder público, colocando em evidência os traumas sofridos pelas pessoas, os desmandos oriundos do problema e possíveis soluções para o mesmo.

Contudo, seria melhor para a sociedade se as notícias possuíssem mais diversidade de vozes como fontes, o que causaria um efeito de contextualização e representação social maior. Este tipo de jornalismo cordial muitas vezes se abstrai da sua anterior formação, a de serviço público, e “atuando numa mera reprodução de discursos, se resguarda de possíveis conflitos, numa postura de agradar a todos ou não desagradar a nenhum interesse” (SANTANA, 2011, pág.151).

Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4ª ed. Revista e ampliada. São Paulo, Ática, V. 2. 1990.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

CAPRA, Fritjof. *Alfabetização Ecológica: O desafio para a Educação do século 21*. In: A., TRIGUEIRO (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro, Sextante. 2003.

_____. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix. 1982.

GIRARDI, Ilza Tourino. *Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade*. UNIrevista - Vol. 1, nº 3. 2006.



_____. O jornalismo ambiental nos cursos de jornalismo. In: N., JACKS, et al. Tendências na Comunicação: 4. Porto Alegre, L&PM. 2001.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Vozes. 2001.

MASSUCHIN, Michele Goulart. Jornalismo ambiental: quando a crise do meio ambiente entra em pauta. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. In: Tempo Social; Ver. Sociol. São Paulo, USP. 1999.

MORIN, Edgar. Sete saberes necessários à Educação do Futuro. 5ª ed. São Paulo, Cortez; Brasília, DF, UNESCO. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2002.

SANTANA, Adriana Maria Andrade de. Jornalismo Possível, ‘Cordialidade’ e Investigação: A prática jornalística no contexto contemporâneo. Olinda: Livro Rápido, 2011.

SOUZA, Jorge Pedro. Teorias da Notícia e do Jornalismo. Florianópolis: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nélon. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis, Insular. 2004.

TRIGUEIRO, André. Mundo Sustentável. São Paulo: globo, 2005.

VILAS BOAS, Sergio. Formação & Informação Ambiental. São Paulo: Summus, 2004.